

Funpresp tem adesão ínfima entre os docentes da Ufam

Criado com o objetivo de administrar e executar planos de benefícios para os servidores públicos do executivo, o “fundo de pensão” conta com apenas três professores vinculados, de um universo de 63 que ingressaram na Ufam a partir do dia 4 de fevereiro deste ano, quando a Funpresp foi criada. **Página 6 e 7**

■ PARALISAÇÃO

Funcionários da Rudary encabeçam movimento em favor do cumprimento de direitos trabalhistas



Sem solução para o atraso salarial de 40 dias, não recolhimento do FGTS e pagamento de férias, os terceirizados da Rudary protagonizaram, em menos de uma semana, duas paralisações, bloqueando o acesso à Ufam. As ações, ocorridas nos dias 10 e 14 de outubro, tiveram como objetivo chamar a atenção da Universidade para o problema. **Página 3**

■ PRIVATIZAÇÃO

Contradições envolvem assinatura de contrato da Ufam com a Ebserh

Página 5

■ RETROCESSO

Consuni aprova resolução que retira direitos dos servidores

Página 4

Dizíamos no editorial da edição de maio/junho, em meio à eclosão das mobilizações, que o processo de democratização dos últimos vinte anos e a posterior chegada ao poder de um governo que parecia trazer a promessa de uma ampliação da participação dos sindicatos e movimentos populares na construção de uma sociedade justa e igualitária, onde os direitos dos trabalhadores seriam não só respeitados, mas ampliados. Paradoxalmente, concretizou-se um esvaziamento político, substituindo-o pelo discurso da 'gestão', onde a classe trabalhadora vê seus direitos legítimos negados e subtraídos. A ampliação das vagas no ensino superior transformou as universidades sob diferentes aspectos. Por um lado, em termos de infraestrutura, prédios, salas de aula, cursos de pós-graduação, etc, o cresci-

mento é inegável. Por outro lado, a "lattesficação" do trabalho docente contribuiu significativamente para enfraquecer a política universitária, perdendo a autonomia, duramente conquistada e ficando cada vez mais atrelada aos imperativos do mercado e às demandas do governo mediadas por políticas populistas. Este cenário está cada vez mais claro na Ufam, quando a instituição faz opção pela ampliação de vagas, não priorizando a qualidade de ensino e as condições dignas de trabalho para seus servidores. Curva-se às orientações normativas do MPOG e contraria a legislação vigente, para 'não levantar expectativas que não se possam cumprir', como se as leis, num estado democrático de direito, não devessem ser cumpridas. O que se coloca de crítica à administração é encarado como contrário ao 'bom gerenciamento'. Cita-se

como exemplo a nota de desagravo publicada no site da Ufam, em virtude da ADUA, assumindo a defesa do interesse maior da instituição, ter denunciado as irregularidades na licitação das cantinas, que, pela veracidade dos fatos, culminaram na suspensão do edital eivado de vícios. Qualquer instituição que se reivindica de "gestão democrática" não alcançará tal reconhecimento se fechando à participação do coletivo, com julgamentos precipitados e intimidatórios, o que, ao contrário, se aproxima do modelo de gestão que conhecemos como autoritário. A ADUA, na condição de legal e legítima representante dos docentes da Ufam, continuará vigilante em todas as situações que coloquem em risco os princípios éticos que norteiam a gestão de uma universidade pública, democrática e transparente.

Notas

Furtos

O furto de hidrantes, extintores, torneiras, chuveiros e até livros no Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL) vem causando preocupação à diretoria da unidade. Responsável por abrigar 16 cursos de graduação, sete de pós-graduação e 36 laboratórios, o espaço teve todos os hidrantes furtados e precisa receber 72 novos extintores. Cenário de três princípios de incêndio, neste ano, o ICHL, recebe diariamente 3 mil pessoas. Além da falta de equipamentos, Paulo Montes, diretor do Instituto, destaca como fator agravante para novos acidentes a ausência de manutenção nos prédios da unidade.

Afastamento

A Adua requereu à Ufam, no dia 20 de setembro, o direito à percepção das férias aos docentes afastados para capacitação nos últimos cinco anos e aos que ainda encontram-se licenciados da instituição por esse motivo, mas teve o pedido negado, no dia 11 de outubro, pelo Departamento de Pessoal (Depes), com base no parecer nº 281/2013 da Procuradoria Federal da universidade, que fundamentou a negativa em uma Orientação Normativa (ON) da Secretaria de Recursos Humanos (SRH) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). Em virtude da negativa, a Adua estuda a possibilidade de entrar com uma ação coletiva em defesa do direito da categoria. A medida pode beneficiar diretamente 291 professores, sendo 149 da capital e outros 142 lotados nas unidades acadêmicas fora da sede, conforme levantamento apurado até o dia 9 de setembro pela CCS e encaminhado à seção sindical.

Reajuste

Em São Paulo, a Justiça local condenou a Prefeitura a conceder o reajuste retroativo dos últimos cinco anos para todos os

servidores municipais da capital, em uma ação que pode chegar a até R\$ 3 bilhões, segundo cálculos do sindicato da categoria. A previsão leva em conta uma perda de 31,64% de 2007 a 2012, com os atrasados do período, sobre uma estimativa de folha de pagamento de R\$ 10 bilhões. A ação civil pública foi proposta pelo Sindicato dos Trabalhadores na Administração Pública e Autarquias do Município de São Paulo (Sindsep), sob argumento de que a Prefeitura não cumpriu um dispositivo previsto na Constituição Federal desde 1998. Pelo artigo, todos os servidores públicos têm direito a um reajuste anual. Segundo a decisão da 8.ª Vara da Fazenda Pública, o reajuste determinado pela ação deverá descontar os ganhos já incorporados pela Prefeitura. A juíza Simone Viegas de Moraes Lemes mandou usar o Índice Nacional de Preços do Consumidor (INPC).

Valorização

Pesquisa divulgada no início de outubro aponta o Brasil em penúltimo lugar no ranking de respeito e valorização dos professores. Para montar o Índice Global de Status de Professores, da Varkey GEMS, mil pessoas foram entrevistadas em 21 países. O melhor status, conforme o levantamento, está entre os professores da China e o pior, entre os de Israel. Em cada país, foi analisado se a profissão é muito procurada, qual é o status social dos professores e se os entrevistados acreditavam que os alunos respeitam os docentes. Os brasileiros foram os que mais citaram influência dos professores em suas vidas. Demonstrando a desvalorização dos profissionais, apenas 20% dos entrevistados afirmaram que gostariam de ter um filho professor.

charge



O jornal da ADUA é uma publicação da Associação dos Docentes da Ufam - Seção Sindical do ANDES-SN.

Diretoria: José Belizario (Presidente), Rafael Bellan de Souza (Vice-presidente), Marcelo Mário Vallina (1º secretário), Ana Lúcia Gomes (2ª secretária), Ana Cristina Belarmino (tesoureira).

Coordenador de Comunicação: Anderson Vasconcelos (SRTE-AM 459)

Jornalista Responsável: Annyelle Bezerra (SRTE-AM 491).

Reportagem: Anderson Vasconcelos e Annyelle Bezerra.

Projeto Gráfico e Arte: Herivaldo da Matta (Kuca)

Fotografias: Annyelle Bezerra e Júnior Lima (ilustração).

Impressão: Gráfica Silva. 2000 exemplares.

Fone/Fax: (92) 3088-7009/ 3305-4103

e-mail: aduass@uol.com.br; imprensa.adua@gmail.com

Endereço: avenida General Rodrigo Otávio Jordão, 3000, Campus Universitário, Setor Sul, Coroado, CEP: 69080-005 - Manaus-Amazonas.

Site: www.adua.org.br

■ Paralisação

Funcionários da Rudary protagonizam luta por direitos trabalhistas na Ufam

Com os salários atrasados por mais de 40 dias, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) descontado, mas não recolhido, e o cerceamento a férias remuneradas, os funcionários da empresa terceirizada Rudary, responsável pelo serviço de conservação e limpeza das unidades acadêmicas e administrativas do Campus Universitário da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), foram protagonistas, nos dias 10 e 14 de outubro, de duas mobilizações em prol da garantia de um direito básico de todo trabalhador: o recebimento de salário em troca do serviço desempenhado. Segundo estimativa do movimento, pelo menos 70 terceirizados estavam sem receber os pagamentos referentes ao mês de setembro e início do mês subsequente. O contrato da Rudary com a Ufam encerrou no dia 14 de outubro.

Uma das trabalhadoras da terceirizada, contratada pela Rudary para a função de agente de limpeza, Berenice dos Santos, 42, afirma que o bloqueio do acesso ao Campus, que durou cerca de uma hora, no dia 10 de outubro, foi uma última tentativa encontrada pelos terceirizados para sensibilizar a empresa quanto à situação das famílias que dependem do salário, atualmente variando entre R\$ 428 e R\$ 700.

“O encarregado, que fica no Campus, foi procurado por nós várias vezes, mas a promessa era sempre que o dinheiro estaria na conta no dia seguinte e isso não acontecia. Somos pais de família, estamos com o aluguel atrasado e muitos já correm o risco de serem despejados”, afirmou.

Uma determinação da Justiça do Trabalho, proveniente de uma ação movida por uma funcionária da Rudary, no município de Parintins, foi apontada, em nota, pela Ufam, no dia 9 de outubro, como a causa da suspensão dos repasses financeiros à prestadora, assim como dos contratos em vigor com a



Protesto resultou em congestionamento nas filas de acesso aos setores norte e sul do Campus Universitário



“No meu segundo mês de trabalho pela empresa, fui surpreendido com o primeiro atraso salarial. Infelizmente a Rudary só funciona sob pressão”

Valcir de Souza, 27, agente de limpeza

mesma, prejudicando os trabalhadores.

Conforme dados do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 11ª Região, com jurisdição no Amazonas e Roraima, a Rudary responde a 1.295 processos, destes 30 já sentenciados.

O contrato nº 1/2011, celebrado entre a Rudary e a Ufam e válido por doze meses, cabendo prorrogação, tem o valor global anual de R\$ 5,1 milhões, o equivalente a R\$ 432,1 mil mensais.

Sem obter uma proposta da empresa, menos de uma semana após a primeira paralisação, os funcionários voltaram a bloquear, desta vez por três horas, a entrada do Campus, causando descontentamento e um princípio de tumulto entre os motoristas que tentavam deixar ou acessar a universidade. Congestionamentos e filas nos acessos aos setores norte e sul do Campus Universitário foram inevitáveis.

Além do atraso salarial, os trabalhadores reclamam também do não pagamento de férias e depósito do FGTS, assim como da rescisão dos funcionários que foram dispensados pela terceirizada devido o término do contrato com a Ufam. De acordo com eles, apesar da dispensa, a demissão não foi registrada na carteira de trabalho.

“Não temos ideia se vamos receber indenização e se poderemos sacar o FGTS, porque ao invés de sermos demitidos e recebermos todos os direitos, eles querem que a gente peça a conta”, disse Santos.



“Muitos dos trabalhadores, assim como eu, estão desempregados, sem ideia se a rescisão será paga e impossibilitados de procurar emprego, já que as carteiras de trabalho estão retidas pela empresa”

Berenice dos Santos, 42, agente de limpeza

Entre os critérios impostos pela Ufam, em contrato, para o repasse financeiro à terceirizada está a guia de recolhimento do FGTS dos fun-

cionários com a respectiva relação dos empregados fornecida pela Caixa Econômica Federal; o cumprimento das obrigações trabalhistas correspondentes à última fatura paga pela Administração, assim como a cópia da folha de ponto dos servidores. A Ufam conta ainda com um servidor destinado a fiscalizar o cumprimento do contrato, incluindo a obediência aos encargos trabalhistas.

Liminar

Para tentar solucionar o imbróglio, a Administração Superior deu entrada num procedimento judicial solicitando, em caráter liminar, o descongelamento da folha de pagamento dos funcionários da Rudary. O pedido, acatado pela Justiça, no dia 17 de outubro, fez, segundo Santos, com que a Ufam depositasse na conta bancária dos trabalhadores, apenas os proventos referentes ao mês de setembro, estando ainda em aberto os demais montantes devidos pela terceirizada.

“A Ufam não deu nenhum posicionamento sobre o pagamento dos 15 dias trabalhados em outubro e da nossa rescisão. Sem falar que, como nosso contrato de três meses só encerra em novembro, estamos desempregados e com a carteira de trabalho retida pela Rudary”, afirmou, destacando que cerca de 200 trabalhadores estão nesta situação, no momento.

Esta não é a primeira vez que a Rudary descumpra o pagamento de salários dos trabalhadores. Em junho deste ano, terceirizados da conservadora lotados no Hospital Universitário Getúlio Vargas (HUGV), Ufam e Maternidade Ana Braga já haviam paralisado as atividades, por atrasos salariais.

Na época, os trabalhadores denunciaram à imprensa local a ocorrência de irregularidades como desvio de função, fornecimento de alimentação de má qualidade e suspensão do pagamento do vale-alimentação e transporte.

Foto: Annyelle Bezerra

Contração

Foto: Annyelle Bezerra



O segundo dia de deliberações para aprovação dos parâmetros para afastamento transcorreu durante a manhã e a tarde e contou com a presença de poucos conselheiros

Consuni aprova resolução que retira direitos dos servidores da Universidade

O Conselho Universitário (Consuni) da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) aprovou, em reunião extraordinária realizada no dia 18 de outubro, a Resolução 020/2013, que regulamenta o afastamento para Capacitação dos Servidores da UFAM e normatiza os processos de afastamento com esta finalidade. A resolução aprovada, traz mudanças significativas, entre elas a retirada de direitos assegurados pela legislação vigente.

Com os seis primeiros artigos da minuta da resolução já aprovados pelos conselheiros no dia 15 de agosto, o debate recomeçou a partir do artigo 7º, justamente o que apresenta a maior incoerência, na avaliação do presidente da Adua, professor José Belizário, que passou a ser o relator, após pedir vistas do processo no dia 21 de maio.

Segundo o docente, a maioria dos conselheiros votou pela retirada do parágrafo 4º do artigo 7º da minuta apresentada por ele, que trazia na redação a garantia de que, durante o período de afastamento para capacita-

ção, o servidor tivesse “assegurados os direitos e vantagens a que fizer jus, como férias remuneradas, auxílios alimentação e transporte, bem como insalubridade”, conforme garantido pela Lei nº 8.112/1990, o Decreto nº 94.664/87 e o Parecer 475 do Ministério da Educação (MEC).

Essa era uma das principais atualizações da Resolução 027/2008 defendida pelo presidente da Adua, conjuntamente

com o primeiro relator do processo, professor conselheiro José de Castro Correia e com o Grupo de Trabalho (GT) criado no fim de maio para estudar e aprimorar a resolução. “Grande parte dos conselheiros se convenceu com a fala de alguns contrários à manutenção do referido conteúdo, justificando a existência da orientação normativa SRH nº 2, de 23 de fevereiro de 2011, que diz que o servidor licenciado só fará jus às férias quando retornar”

No entendimento do GT, a não concessão de benefícios como férias remuneradas a servidores licenciados para capacitação, afronta também a Constituição Federal. “Ponderamos que esta normativa aprovada colabora com atitudes governistas para retirar direitos dos

da Ufam, Hedinaldo Lima, defendendo a retirada do inciso, argumentou que a universidade não deve prometer aquilo que não pode cumprir. “Não cabe à instituição incluir na legislação interna direitos que posteriormente não poderão ser cumpridos. Isso traria falsas expectativas”, ponderou.

Jurisprudência

A concessão de férias remuneradas a servidores civis afastados para capacitação já possui jurisprudência nos tribunais de Santa Catarina, Campina Grande e Alagoas, nos anos de 2009

e 2010. No primeiro caso, em 2009, a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) foi condenada a pagar o adicional de férias, com a devida correção monetária, a cinco docentes afastados para pós-graduação e cerceados de receber o benefício. Na ocasião, o relator do processo destacou que “a licença para frequentar cursos de

capacitação funcional não deve ser vista como um prêmio que obsequia o servidor”.

Na Paraíba, no mesmo ano, a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) foi condenada a pagar a todos os professores afastados, a partir de 1998 e os que vierem a se afastar, o direito às férias e aos efeitos financeiros por ela acarretados. Envolvendo o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET/AL), em Alagoas, uma apelação garantiu a um docente afastado para curso de doutorado o direito às férias com as consequentes vantagens pecuniárias, decisão embasada na Lei 8.112/90.

Apesar da jurisprudência existente, no último dia 18 de outubro, a Ufam negou o pedido de concessão de férias aos servidores afastados para participação em Programa de Pós-graduação stricto sensu, protocolizado pela Adua no dia 20 de setembro. Como justificativa, a Procuradoria Geral Federal alegou a inexistência de previsão legal para a concessão de afastamento a título de férias, a um servidor já licenciado do exercício do cargo.

“Grande parte dos conselheiros se convenceu com a fala de alguns contrários à manutenção do referido conteúdo, justificando a existência da orientação normativa SRH nº 2, de 23 de fevereiro de 2011, que diz que o servidor licenciado só fará jus às férias quando retornar”

afirmou o presidente da Adua, José Belizário.

com o primeiro relator do processo, professor conselheiro José de Castro Correia e com o Grupo de Trabalho (GT) criado no fim de maio para estudar e aprimorar a resolução. “Grande parte dos conselheiros se convenceu com a fala de alguns contrários à manutenção do referido conteúdo, justificando a existência da orientação norma-

trabalhadores e que todos nós, trabalhadores da educação, não podemos assinar. Não devemos votar contra nossos próprios direitos!”, criticou o relator Belizário, lamentando a decisão do Conselho. Para ele, manter a proposta inclusa no pedido de vistas seria não somente um ato político, mas legal.

Durante a reunião, o vice-reitor

■ Ebserh

Ufam assina contrato passível de alterações

Foto: Annyelle Bezerra

Segundo informações do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) repassadas à Adua, no dia 5 de novembro, a administração superior assinou o contrato de adesão à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), no dia 4 de novembro, mesmo havendo a possibilidade da entidade pública de direito privado realizar alterações em seu conteúdo. A assinatura do documento provisório, que contou com a anuência da Advocacia Geral da União (AGU), impede a reitoria inclusive de disponibilizar a cópia do contrato à comunidade acadêmica.

Criada pela Lei nº. 12.550, de dezembro de 2011 e prevista para atuar no Amazonas desde outubro, a Ebserh, de acordo com o diretor do Hospital Universitário Getúlio Vargas (HUGV), Lourivaldo Rodrigues, deve gerenciar o hospital universitário durante os próximos 20 anos. Com a assinatura do contrato pela Ufam e a futura assinatura da Ebserh, a reitora da Universidade, Márcia Perales, torna o HUGV o décimo hospital universitário, do país, a ser integrado ao modelo de privatização criticado pelas lideranças sindicais.

Rodrigues afirmou que a demora para a assinatura teve como pano de fundo dúvidas levantadas por reitores de outras Universidades sobre o tempo de duração do contrato e a forma com que as reitorias se relacionariam com a Ebserh.

“Alguns reitores decidiram ouvir os procuradores das universidades juntamente com os da Ebserh para dirimir algumas dúvidas quanto ao tempo de contrato, fixado agora em 20 anos, e a garantia da autonomia da universidade”, disse.

O diretor ressaltou que, mesmo a Ebserh não ingressando em outubro, desde o final do mês o Plano Diretor do HUGV vem sendo elaborado pela direção em parceria com a empresa pública, com o objetivo de que todas as ações, atividades e necessidades do hospital sejam descritas e contempladas. O documento, com finalização estimada até junho de 2014, faz parte do



Em abril deste ano, durante plebiscito realizado em Manaus, 1.087 (96,6%) amazonenses manifestaram-se contra a implantação da Empresa Brasileira no HUGV.

cronograma de atividades da Pós-Graduação em Gestão de Hospitais Universitários, cursada atualmente pelos gestores do HUGV, no Hospital Sírio Libanês, em São Paulo.

Com a assinatura do contrato, segundo Rodrigues, o hospital poderá ter sua organização iniciada, estando entre uma das ações, o lançamento, em março de 2014, do edital para a contratação de 320 funcionários, passíveis de demissão a qualquer tempo, por serem servidores celetistas da empresa pública.

Os argumentos falaciosos quanto à resolução célere, através da Ebserh, da falta de recursos humanos para os hospitais universitários são uma das principais críticas do Sindicato Nacional (Andes-SN), uma vez que empresas públicas também são obrigadas a obedecer às normas que regem o serviço público e a aguardar os trâmites burocráticos por elas acarretados, dentre eles a realização de concurso público.

A instalação de um Parque Tecnológico orçado em R\$ 10 milhões, dentro do hospital federal, com equipamentos de ressonância magnética, aerodinâmica, raio-x e mamografia também é apontada pelo diretor como um benefício trazido pela gestão da empresa.

Inicialmente contra o mode-

lo de gestão, por enxergar a contratação de pessoal como uma necessidade prioritária, Rodrigues se diz, hoje, convencido de que a intenção do governo em implantar a Ebserh é a melhor possível, apesar da lentidão de resposta gerada pela burocracia do funcionalismo público.

“O tempo de resposta é demorado porque a Ebserh é uma empresa governamental ligada ao Ministério da Educação (MEC), Ministério da Saúde (MS) e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e esbarra em burocracias. Mas apesar de, no início, não vislumbrar a ideia da Ebserh como ela foi feita, tenho que louvar o plano audacioso dela de contemplar todos os aspectos e não só o recurso humano”, ressaltou Rodrigues.

Segundo o diretor, a inexistência de um “plano B” e o entendimento de que os hospitais universitários federais funcionarão de forma adequada – desejo dos funcionários da unidade ao longo dos últimos 30 anos - esteve entre os fatores que contribuíram para sua mudança de opinião.

A falta de opções para equacionar o caos vivenciado pelos hospitais, tática adotada pelos simpatizantes do modelo, mascara o fato de que o financiamento dos hospitais universitários, por meio do Rehuf (programa de reestruturação dos HUs federais),

conta com dotação orçamentária para todos os hospitais, independente da contratação da Ebserh.

Privatização

Mesmo sendo alvo de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin), desde abril deste ano, após o Ministério Público Federal entender que com a entrada da empresa pública de caráter privado, os hospitais universitários terão dois patrões, o diretor do HUGV afirma que o discurso de privatização levantado pelas entidades de classes, sociedade civil organizada e lideranças sindicais é completamente falso, ao se levar em consideração que o atendimento nos hospitais vem ocorrendo 100% através do Sistema Único de Saúde (SUS).

“O hospital, agora mais do que nunca, pertence à rede do SUS, pois sai das nossas mãos e passa a reforçar a assistência da rede. Prova disso são as mudanças de comportamentos que teremos durante o período de transição”, afirmou.

Outro ponto, de acordo com Rodrigues, que desconstrói a teoria da privatização é a retirada do hospital da situação de caos em que se encontrava, a partir da captação de recursos do MEC para a construção, aparelhamento e manutenção do novo HUGV, assim como contratação de

recursos humanos.

“Um processo de compra que antes levava de seis a oito meses, em função da necessidade de passar pelo crivo da Procuradoria da Universidade, agora será mais rápido. O hospital lida com vidas e não pode ficar esperando a chegada de um equipamento para operar uma pessoa, senão até lá a mesma já morreu”, frisou.

A falta de funcionários, devido a estagnação das contratações, nos últimos 20 anos, associada à saída, aposentadoria e morte de servidores figura como a principal dificuldade da unidade, segundo ele, fazendo inclusive com que menos cirurgias fossem realizadas e menos leitos ofertados, nos últimos anos.

Atualmente com 150 leitos e uma média de 350 cirurgias mensais, o HUGV deve dobrar sua capacidade para 300 leitos e 11 salas de cirurgia. É previsto também, de acordo com Rodrigues, um incremento de 30% a 40% no número de procedimentos cirúrgicos assim como a diversificação no âmbito da alta complexidade – realização de transplantes de fígado, rim, córnea, entre outros.

Mobilização - A luta contra a adesão das Instituições Federais de Ensino à Ebserh ocorre em várias universidades brasileiras, sob a coordenação da Frente Nacional contra a Privatização da Saúde Pública, da qual o ANDES-SN e diversas Seções Sindicais fazem parte.

Na interpretação da Frente, a pactuação de contrato com a empresa significa abrir os hospitais universitários a um modelo de gestão privado, que contraria os princípios do SUS. Além disso, interpor um ente externo e de cunho empresarial entre a instituição pública e suas atividades constitucionais indissociáveis de ensino, pesquisa e extensão é uma violência contra a autonomia universitária.

Dezenas de entidades, que compõem a Frente Nacional, ingressaram com ações na Justiça visando suspender a adesão da Ebserh. Em setembro deste ano, uma liminar suspendeu a adesão da Universidade Federal do Maranhão à Ebserh.

■ **Balanço Parcial**

Funpresp: quebra da integralidade

Do total de 63 professores que ingressaram na Universidade Federal do Amazonas (Ufam) a partir do dia 4 de fevereiro deste ano e que recebem acima do teto do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), atualmente em R\$ 4.159,00, apenas três deles aderiram à Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp-Exe), entidade fechada de previdência complementar – também conhecida como “fundo de pensão” –, oficializada naquela data e criada com a finalidade de administrar e executar planos de benefícios para os servidores públicos do executivo.

A taxa de adesão inferior a 5%, no caso dos docentes da Ufam, também é baixa em outras instituições de ensino superior do país. No âmbito das universidades federais, o índice está na faixa de 9%, proporcional ao ingresso de novos professores, de acordo com dados da Funpresp-Exe, apurados até o último dia 18 de outubro. Enquanto a adesão proporcional ao número de posses efetivadas chega a 100% entre os servidores do Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada (Ipea) e do Ministério da Integração Nacional, os professores continuam reticentes quanto à adesão ao plano e ao que essa decisão pode implicar no futuro.

E não é para menos. A avaliação do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN) é de que as regras do novo regime previdenciário trazem implicações e incertezas para as futuras aposentadorias dos servidores, tanto daqueles que tomaram posse após a oficialização da Funpresp, quanto dos que, anteriores à criação da Fundação, optarem por ela. No entendimento do Sindicato Nacional, a previdência complementar é mais uma medida que acentua a retirada de direitos dos trabalhadores. Portanto, é preciso ligar o “sinal de alerta”.

“Acreditamos que os professores estejam conscientes de que temos um governo que trabalha as políticas públicas por meio de factóides, o que leva a um descrédito nas propostas oriundas do Palácio do Planalto. A forma como a Funpresp-Exe foi apresentada é um exemplo disso. As informações truncadas e a falta de esclarecimentos por parte do governo sobre o que é este fundo de pensão deixam o

professor muito inseguro sobre uma decisão que afetará todo seu futuro”, disse o 2º tesoureiro do Andes-SN e encarregado de Assuntos de Aposentadoria, Almir Menezes Filho. Para ele, a atitude dos professores não podia ser diferente, “porque quanto mais esclarecido o servidor estiver, mais ele se recusará a aderir”.

O comportamento da categoria docente, uma das que mais teve recém-ingressos no serviço público federal desde a oficialização do fundo de pensão, vem frustrando as expectativas mais otimistas da Funpresp-Exe. Em entrevista coletiva realizada no início de fevereiro, a previsão era que a Fundação atingisse 10 mil adesões de novos funcionários até o fim de 2013. Isso sem contabilizar na projeção os servidores antigos, que podem migrar para o novo regime em um prazo de dois anos. Até o dia 18 de outubro, a marca estava ainda em duas mil adesões, aproximadamente 18% do total de recém-empocados no serviço público federal.

Reafirmando sua posição histórica em favor da previdência pública, o Sindicato Nacional vem desde o início deste semestre investindo em uma campanha contra a Funpresp, com a distribuição de um conjunto de materiais que visa chamar a atenção dos docentes sobre os riscos de aderir ao fundo de previdência complementar, provocando o debate sobre o assunto em todas as seções sindicais a ele vinculadas. Panfletos, cartazes e uma cartilha com 22 páginas, em versão impressa e eletrônica, constituem o “kit” da jornada de luta nacional contra a previdência complementar.

Por conta do “incômodo” e da baixa adesão dos professores, o Andes-SN foi procurado pelo governo no dia 18 de setembro. Representantes da Fundação e dos Ministérios da Previdência, Planejamento e da Educação –

MPAS, MPOG e MEC – foram até a sede do Sindicato Nacional na tentativa de estabelecer diálogo e esclarecer possíveis incompreensões acerca do fundo de pensão.

Jornada contra a Funpresp

A estratégia adotada pelo Sindicato Nacional atende a uma deliberação da categoria, tomada durante o 58º Conselho do Andes-SN (Conad), que ocorreu em meados de julho, em Santa Maria (RS), e compõe um dos eixos do plano de lutas para 2013, em relação à defesa dos direitos de

Alguns departamentos de recursos humanos das Instituições de Ensino Federal têm omitido que o Regime Complementar é facultativo e não obrigatório

Almir Menezes Filho, 2º tesoureiro do Andes-SN e encarregado de Assuntos de Aposentadoria

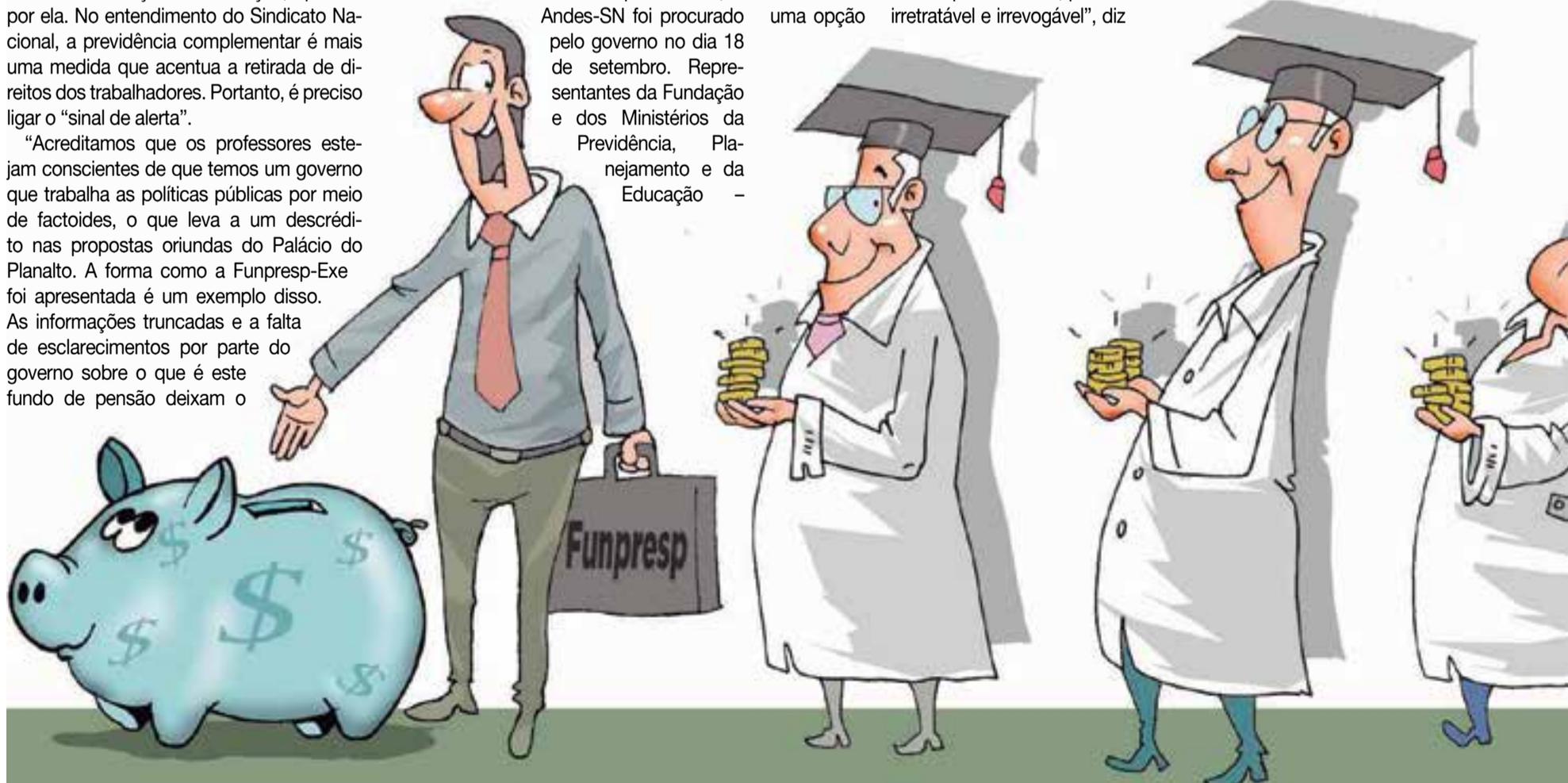
aposentadoria. “O servidor público, antes de optar pela Funpresp-exe, deve avaliar com muito cuidado o passo que estará dando, pois esta opção, com toda a insegurança intrínseca à própria constituição da nova entidade, terá reflexo no benefício do servidor e o acompanhará durante toda a sua vida laboral e na aposentadoria, por ser uma opção irrevogável e irrevogável”, diz

trecho do texto de apoio sobre seguridade social e assuntos de aposentadoria, contido no relatório final do evento.

A postura do Sindicato Nacional não podia ser outra. O Andes-SN foi um dos protagonistas na forte resistência imprimida pelas entidades de servidores públicos nacionais para impedir que a matéria fosse transformada em lei, durante as tentativas feitas nos governos FHC e Lula da Silva. A regulamentação, de fato, ocorreu somente ano passado, quando a presidente Dilma Rousseff, contando com amplo apoio no Congresso Nacional, conseguiu aprovar o PL nº 1992/2007, transformado na Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012, que versa sobre o Regimento de Previdência Complementar.

O 2º tesoureiro do Andes-SN e encarregado de Assuntos de Aposentadoria, Almir Menezes Filho, destaca que a Funpresp é uma entidade privada que atuará no mercado financeiro com verba pública e com o dinheiro dos servidores. Para ele, essa conjunção camufla uma série de prejuízos e, caso vingue, significará um grande passo na privatização da previdência. “A lei que autorizou a criação da Funpresp consolida a quebra da integralidade e da paridade entre os novos professores e os contratados antes dela, o que, certamente influenciará, no futuro, em reajustes diferenciados entre aposentados e ativos. E, mais grave, o professor ao se aposentar perderá qualquer vínculo com a carreira”, critica.

Outro prejuízo, segundo Menezes, é a “contribuição previdenciária definida”, modalidade adotada no plano que fixa a contribuição de cada servidor, mas não define



e e da paridade na aposentadoria

Quadro explicativo
Vamos supor um salário de R\$ 10.000 e o teto do INSS de R\$ 4.000

	Contratado depois de 2013 e optou pelo Funpresp	Contratado antes de 2003 e não optou	Contratado entre 2003 e 2013 e não optou
Contribuição do servidor	11% de R\$ 4.000 = R\$ 440 8,5% de R\$ 6.000 = R\$ 510 Total = R\$ 950	11% de R\$ 10.000 = R\$ 1.100	11% de R\$ 10.000 = R\$ 1.100
Contrapartida do governo	22% de 4.000 = 880 8,5% de 6.000 = 510 Total = 1.390	22% de 10.000 = 2.200	22% de 10.000 = 2.200
Valor da aposentadoria	(Teto do INSS + BE*) + C** = R\$ 6.571 + C** <small>*Benefício complementar de 10% do teto do INSS ** Contribuição</small>	R\$ 10.000	Aproximadamente 90% de R\$ 10.000 = R\$ 9.000
O que falta para aposentadoria integral	R\$ 3.429 - C**	zero	R\$ 1.000

Fonte: ANDES-SN

qual o valor do benefício que o servidor receberá, uma vez que este dependerá dos rendimentos futuros do montante das contribuições de cada servidor. “Em pratos limpos, você, servidor, tem certeza de quanto irá contribuir, mês a mês, durante vinte, trinta anos para a Funpresp. No entanto, o retorno deste investimento e o valor de sua aposentadoria são uma incógnita, podendo oscilar a cada mês, para mais ou para menos, a depender dos humores do mercado. Ou seja, o mercado, com sua flutuação e instabilidade, é que definirá os ganhos do servidor na aposentadoria. É um pulo no escuro!”, alerta.

Nem todos os docentes estão cientes dessas condições e o que é pior, para o encarregado de Assuntos de Aposentadoria, é a convivência de algumas universidades com os riscos da Funpresp. “Um fato do qual tivemos conhecimento e que pode estar influenciando os professores, e que, portanto, deve ser denunciado, é o de que alguns departamentos de recursos humanos das Instituições de Ensino Federal têm omitido que o Regime Complementar é facultativo e não obrigatório, levando o servidor a aderir”, afirma.

A orientação normativa Nº 12, do Ministério do Planejamento, publicada no Diário Oficial da União no dia 25 de setembro deste ano, instrui os órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC), entre eles a área de gestão de pessoas das universidades, a apre-

sentar no ato da posse do novo servidor o termo de oferta do plano, devendo este dizer se aceita ou rejeita.

O 2º tesoureiro do Andes-SN também chama atenção para o fato de que os servidores federais não são os únicos atingidos pela mudança, pois a intenção do Ministério da Previdência é levar a reforma da previdência para todos os estados e municípios. Os estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Ceará e Espírito Santo já estão com a previdência complementar. Para ele, só é possível mudar essa realidade por meio de uma ação conjunta. “Devemos continuar investindo junto às outras entidades de servidores públicos, porque esta é uma luta de todos! Somente a união dos servidores públicos das três esferas poderá derrotar essa política prejudicial, sobre todas as formas, para o serviço público e, portanto, para a população”, arrematou.

Futuro incerto: aposentadoria dos novos professores dependerá das oscilações do mercado

Só estão submetidos à Funpresp os servidores nomeados pela administração pública, a partir de 4 de fevereiro e que ganharem acima do teto do INSS – R\$ 4.159. O servidor continuará contribuindo com os mesmos 11% de sua remuneração, como ocorre no regime privado, enquanto caberá à União a mesma faixa de 22%, para que o trabalhador possa fazer jus ao recebimento do teto da previdência. Para complementar qualquer valor excedente ao limite do INSS, facultativamente, o servidor poderá escolher uma das três opções de alíquota (7,5%, 8% ou 8,5%) sobre o salário participação, que é a diferença entre o teto da previdência e a remuneração do servidor.

Na prática, um professor recém-empossado e que tenha uma remuneração na faixa de R\$ 8.000, por exemplo, terá garantido

como aposentadoria o teto do INSS, R\$ 4.159, decorrente de sua contribuição. Para complementar o valor, na tentativa de aproximá-lo da percepção recebida na ativa, o servidor escolherá a alíquota que incidirá sobre a diferença de R\$ 3.841. A contrapartida da União acompanhará a contribuição do servidor, mas no percentual máximo de 8,5%. Qualquer percentual além deste limite máximo será feito exclusivamente pelo novo servidor. “Se o servidor contribuir com até 8,5%, o governo acompanha; e se for contribuir com mais, o Executivo para nos 8,5%”, alerta o Andes-SN.

Para os servidores que ingressaram na carreira pública antes da criação da Funpresp, o sistema previdenciário continua o mesmo. Com a regulamentação dos Fundos de Pensão, o trabalhador na ativa até pode optar pelo novo regime, “mas deve considerar que esta opção é de caráter irrevogável e irretratável, e implicará, automaticamente, na renúncia aos direitos previdenciários decorrentes das regras anteriores”, diz trecho da cartilha do Sindicato Nacional.

O servidor regido pelo Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), caso dos professores de carreira empossados antes de 2003, continua contribuindo com 11% sobre o seu salário total, a União com 22%, e, ao se aposentar, recebe o valor integral do seu salário. Já quem ingressou no serviço

público a partir de dezembro de 2003 e antes de fevereiro de 2013, o valor da aposentadoria é calculado sobre 80% das maiores contribuições, valor próximo da remuneração recebida na ativa.

Na avaliação da diretoria da Adua, a Funpresp-Exe representa a consolidação de um projeto político de privatização dos serviços públicos e desvalorização dos servidores federais, tendo, esses últimos, seus direitos ameaçados pelas reformas sucessivas na previdência social. “Os servidores da Ufam ao aderirem ao RJU, no início dos anos 90, deixaram de ter direito ao FGTS em troca da estabilidade e aposentadoria integral. Para os servidores ingressos na universidade depois de 2003, a aposentadoria não é mais integral, só 80%. Os servidores, que já se deparam com a perda do direito da aposentadoria integral, agora, no caso dos novos, se encontram em situação pior. Ao compararmos com os trabalhadores celetistas estamos com o mesmo teto de aposentadoria, mas na desvantagem. Enquanto os trabalhadores regidos pelo CLT, ao se aposentarem, têm direito a receber o FGTS, nós, servidores públicos, apenas contamos com a esperança de que o mercado financeiro faça render nossa contribuição de previdência complementar, caso contrário ficaremos a ver navios”, comentou a tesoureira da Adua, professora Ana Cristina Belarmino.

Comparação entre alguns aspectos das duas previdências

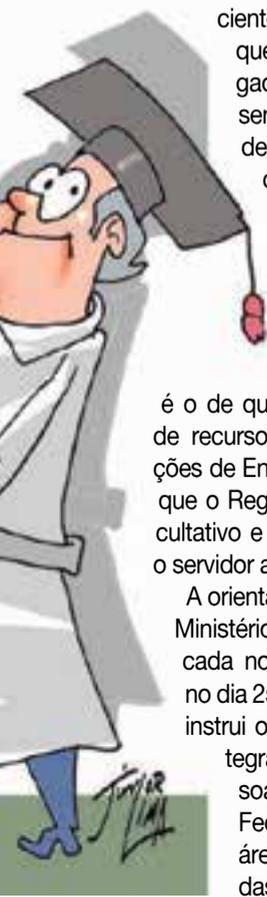
Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)

- É de repartição simples: funciona em regime de caixa, fazendo com que as contribuições do trabalhador na ativa sejam utilizadas para o pagamento de benefícios dos já aposentados;
- Acolhe servidores afastados, aposentados por invalidez permanente, ou por idade ou tempo de serviço;
- Os planos ofertados são de Benefício Definido, o Regime Financeiro é de Repartição Simples e faz parte do orçamento fiscal;
- É público e de caráter obrigatório para os detentores de cargo efetivo;
- A Constituição Federal assegurava aos aposentados e pensionistas a integralidade e paridade plena com os servidores públicos em atividade. Com a publicação de diversas emendas constitucionais, E.C. nº 20/1998, E.C. nº 41/2003, E.C. nº 47/2005, os requisitos para aposentadoria e os benefícios da aposentadoria dos servidores foram alterados, com perdas de direitos e prejuízos financeiros.

Regime de Previdência Complementar (Funpresp)

- É de capitalização: as contribuições dos trabalhadores são aplicadas no mercado financeiro, em contas individuais, para a formação de uma reserva que na ocasião da aposentadoria será transformada em benefício;
- Fim da paridade e da integralidade;
- A complementação dos vencimentos de aposentadoria depende das contribuições individuais de cada servidor, acrescidas da contribuição patronal, paritariamente, e da rentabilidade dos investimentos feitos no mercado;
- Penaliza quem se aposenta com menor tempo de contribuição: mulheres, professores e outras aposentadorias especiais;
- Os planos são de contribuições definidas e benefícios ao sabor do mercado, ou seja, o servidor sabe com quanto irá contribuir, mas quanto aos proventos de sua aposentadoria, há uma grande insegurança;
- A opção pelo Funpresp é de caráter irrevogável e irretratável e implica, automaticamente, na renúncia aos direitos previdenciários decorrentes de regras anteriores.

Fonte: ANDES-SN



Nacional

Dia da Criança e Dia dos Professores: a lição de educação financeira

Por **Samy Dana**

O mês em que se comemora o Dia da Criança e também o Dia dos Professores pode ser considerado um momento bastante adequado para muitas reflexões sobre o ensino no Brasil, inclusive sobre a educação financeira das novas gerações.

Quanto mais cedo uma criança recebe orientações sobre a utilização do dinheiro, maiores serão as chances de que ela se torne um adulto mais consciente e saudável financeiramente falando. Não resta dúvida, portanto, de que a educação financeira deveria ser uma disciplina lecionada em sala de aula, desde que as crianças comecem a frequentá-la.

No Brasil, são poucos os exemplos de escolas que inseriram esta disciplina na grade curricular. O tema, entretanto, tem ganhado força nos veículos de comunicação e o número de obras literárias sobre o assunto vem garantindo seu espaço também nas prateleiras das livrarias, ainda que numa linguagem opi-

nativa. Ou seja, apesar da necessidade de haver pesquisas para identificar o real perfil da educação financeira para os brasileiros, inclusive para as crianças, é possível notar uma importante quebra do tabu sobre o “falar de dinheiro”.

Apesar desta falta de levantamentos específicos sobre o tema, um olhar mais atento identifica outros estudos mais abrangentes apontando de forma incisiva para problema da falta de educação financeira no país.

Em uma minuciosa e ampla pesquisa realizada com todas as classes sociais em 100 municípios das 15 maiores regiões metropolitanas brasileiras, ficaram claros os reflexos profundos da falta de educação financeira na vida do povo brasileiro. O estudo foi feito pelo Instituto de Pesquisa Rosenfield, a pedido da BM&FBovespa.

Num país como o Brasil, que possui um dos maiores spreads do mundo, é inadmissível que um quarto dos entrevistados saiba apenas o valor da parcela da



sua dívida e desconheça o quanto se paga de juros efetivos.

E quando mais da metade não consegue chegar ao fim do mês com dinheiro, uma reflexão sobre o padrão de vida que os mesmos vêm levando é fundamental para mudança de hábitos, ou melhor, o que também pode ser a quebra de certos vícios.

Também é impossível não notar

o prejuízo de oportunidades de mais de um terço dos entrevistados que declararam ter deixado o dinheiro parado na conta corrente, quando poderiam estar investindo em alguma aplicação financeira e obter um rendimento mais interessante. Mas, para isso, é preciso que consumidores conheçam as demais aplicações financeiras (menos de 5% sabem como fun-

cionam as demais aplicações, de acordo com o estudo).

Pelos resultados desta pesquisa, pode-se perceber o quanto são necessários e urgentes programas de qualificação para que professores se tornem aptos a lecionar educação financeira para as crianças.

Que nos próximos Dias da Criança, estas também possam ser presenteadas não somente com brinquedos, mas também com qualificação, o que as tornará adultos conscientes nas suas relações de consumo. Que nos próximos Dias dos Professores, estes, que desempenham papel fundamental no desenvolvimento do País, possam fazer parte de outras estatísticas, especialmente sobre educação financeira acessível e de qualidade.

Samy Dana é Ph.D em Business, doutor em administração e professor de carreira na Escola de Economia de São Paulo da FGV. Leia o artigo na íntegra no site da Folha de São Paulo (www1.folha.uol.com.br).

Internacional

França: de polo progressista a conservador na Europa

Por **Emir Sader**

Um dos seus mais extraordinários ensaios (O pensamento morno, London Review of Books, setembro de 2004), Perry Anderson traça o percurso intelectual e cultural da França, de polo progressista a bastião conservador na Europa. Afinal a França foi considerada, por Engels, como o laboratório de experiências políticas, o berço das grandes lutas emancipatórias contemporâneas, de 1789, passando por 1848 e pela Comuna de 1871, até chegar ao governo de Frente Popular e às barricadas de 1968.

Aí terminou o ciclo progressista da França, que começou um processo de direitização em todos os níveis – do intelectual e ideológico ao social e ao político. Fator fundamental foi a passagem da classe operária francesa, de classe que se representava essencialmente nos partidos comunista e socialista, a classe que passou, já há décadas, a vo-

tar pela extrema direita, primeiro partido na classe trabalhadora francesa.

Como foi possível essa mudança radical da classe operária francesa, da esquerda à extrema direita?

Dois fatores foram fundamentais: um, o desenlace da guerra fria, com o fim da URSS e seus efeitos sobre o PCF, com seu enfraquecimento como partido. Ao mesmo tempo, o PSF, depois do primeiro ano do governo de François Mitterrand, deu uma guinada e se somou à globalização neoliberal, de maneira subordinada ao eixo EUA-Grã Bretanha, dirigidos por Reagan e pela Thatcher. Como corolário, se rompeu a aliança histórica entre socialistas e comunistas, com a virada ideológica daquele e o isolamento deste. Assim, o eixo que atraía aos trabalhadores franceses se desfez, com consequências para a representação política da classe operária.

Por outro lado, a extrema direita passou a explorar, de forma



intensa e efetiva, a imigração, incentivando as tendências chovinistas e até mesmo racistas dos trabalhadores franceses. Se o primeiro fator foi importante, porque afetou a identidade política dos trabalhadores, este outro foi decisivo para que outra identidade assumisse aquele vazio. Diminuiu ainda mais o nível de sindicalização dos trabalhadores, para con-

solidar essa tendência

Há algumas décadas já que o partido majoritário na classe operária francesa é a Frente Nacional, o partido da extrema direita, dirigida por Le Pen e agora pela sua filha. Uma mudança de proporções históricas e trágicas para a esquerda francesa e para a esquerda europeia e mundial, pelo que a França tinha repre-

sentado ao longo do tempo e das grandes lutas que tiveram esse país como palco.

Agora, pela primeira vez, a extrema direita aparece como o partido mais forte nas pesquisas, seguido pela direita tradicional, com os socialistas em terceiro. As próximas eleições podem repetir – de maneira piorada – o cenário eleitoral de há dez anos, quando o primeiro ministro socialista, Lionel Jospin, ficou em terceiro lugar e a esquerda – tanto socialistas, como comunistas – votaram por Jacques Chirac, pela direita tradicional, no segundo turno, para impedir o triunfo da extrema direita.

Emir Sader é sociólogo e cientista político brasileiro. De origem libanesa, é graduado em Filosofia pela Universidade de São Paulo, mestre em filosofia política e doutor em ciência política por essa mesma instituição. Leia o artigo na íntegra no site da Carta Maior (www.cartamaior.com.br)

Demonstrativo mensal das receitas e despesas de 01/07/2013 a 31/07/2013

		MÊS ANT.	MÊS ATUAL	% MÊS AT.
1	INGRESSOS	60.136,03	60.151,96	100,00%
1.1	RECEITAS	60.136,03	60.151,96	100,00%
1.1.1	Contribuição dos Associados	59.960,50	59.977,30	99,71%
1.1.2	Rendimento da Aplicação Financeira	120,73	146,56	0,24%
1.1.3	Receitas com Reprografia	54,80	28,10	0,05%
2	SAÍDAS	55.322,36	68.487,56	100,00%
2.1	PESSOAL	11.443,50	14.080,19	20,56%
2.1.1	Salários	9.231,50	9.291,70	13,57%
2.1.2	Férias	-	2.576,49	3,76%
2.1.3	Vale Transportes/Alimentação	2.212,00	2.212,00	3,23%
2.2	ENCARGOS SOCIAIS/IMPOSTOS	3.851,57	3.851,58	5,62%
2.2.1	Contribuição INSS	2.999,52	2.999,52	4,38%
2.2.2	Contribuição FGTS	698,90	698,90	1,02%
2.2.3	PIS Folha de Pagamento	87,36	87,36	0,13%
2.2.4	IRRF s/Férias e Salários	65,79	65,80	0,10%
2.3	SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA FISICA	5.977,00	6.397,00	9,34%
2.3.1	Serviços de Manutenção de Equip.de Informatica	1.927,00	1.017,00	1,48%
2.3.2	Serviços de Diagramação de Material Impresso	-	800,00	1,17%
2.3.3	Serviços de Assessoria Jurídica	1.500,00	1.500,00	2,19%
2.3.4	Serviços de Apresentação Artística	-	800,00	1,17%
2.3.5	Serviços de Confeção/Faixas/Cartazes	200,00	310,00	0,45%
2.3.6	Serviços de Limpeza/Manutenção	2.350,00	1.970,00	2,88%
2.4	SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA JURIDICA	2.624,00	13.837,00	20,20%
2.4.1	Serviços Graficos	-	3.300,00	4,82%
2.4.2	Serviços de Confeção de Faixas	1.075,00	6.800,00	9,93%
2.4.3	Serviços de Manutenção de Home Page	193,00	193,00	0,28%
2.4.4	Serviços de Manutenção de Xerox	-	688,00	1,00%
2.4.5	Serviços de Buffet e Eventos	-	1.500,00	2,19%
2.4.6	Serviços Contábeis	1.356,00	1.356,00	1,98%
2.5	CONTRIBUIÇÃO ANDES - SINDICATO NACIONAL	14.124,58	14.008,57	20,45%
2.5.1	Contribuição ao Sindicato Nacional	11.885,40	11.885,40	17,35%
2.5.2	Contribuição Comando Nacional de Mobilização	218,75	221,50	0,32%
2.5.3	Contribuição Fundo de Solidariedade	594,27	475,42	0,69%
2.5.4	Contribuição Sindical Conlutas	1.426,16	1.426,25	2,08%
2.6	PASSAGENS, DIARIAS E HOSPEDAGENS	4.493,94	6.586,06	9,62%
2.6.1	Passagens Aereas/Terrestres	3.643,94	5.206,06	7,60%
2.6.2	Diárias (Transportes/Alimentação)	720,00	1.380,00	2,02%
2.6.3	Despesas com Hospedagem	130,00	-	0,00%
2.8	BENS DE CONSUMO	5.857,91	6.066,70	8,86%
2.8.1	Telefone	756,17	762,74	1,11%
2.8.2	Correios/Malotes	1.167,83	1.423,72	2,08%
2.8.3	Combustível	400,00	280,00	0,41%
2.8.4	Taxi, Fretes e Onibus	539,00	436,00	0,64%
2.8.5	Material de Expediente/Limpeza	618,71	885,86	1,29%
2.8.6	Refeições e Lanches	292,16	750,24	1,10%
2.8.7	Despesas com Greve	-	1.094,82	1,60%
2.8.8	Despesas com Eventos/Congresso	1.200,00	-	0,00%
2.8.9	Materiais Hidraulicos/Eletricos	748,05	300,00	0,44%
2.8.10	Assinatura Provedor/Internet	135,99	133,32	0,19%
2.7	EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	6.904,40	3.615,00	5,28%
2.7.1	01 Equip.Gravação/Perifericos	4.162,00	-	0,00%
2.7.2	01 Painel de Vidro com 02 Portas	-	3.165,00	4,62%
2.7.3	01 Mesa com vidro/12 Cadeiras	2.742,40	450,00	0,66%
2.10	ENCARGOS FINANCEIROS	45,46	45,46	0,07%
2.10.1	Despesas Bancarias/Juros e Multa	45,46	45,46	0,07%
QUADRO RESUMO				
SALDO ANTERIOR		23.848,97	28.662,64	
	RECEITAS	60.136,03	60.151,96	
	DESPEASAS	(55.322,36)	(68.487,56)	
RESULTADO OPERACIONAL		28.662,64	20.327,04	
	Banco do Brasil S/A C/C	35.338,17	28.939,55	
	Aplicação Banco do Brasil	27.452,67	27.599,23	
	CAIXA	397,36	525,82	
SALDO ATUAL DISPONIVEL		63.188,20	57.064,60	

Demonstrativo mensal das receitas e despesas de 01/08/2013 a 30/08/2013

		MÊS ANT.	MÊS ATUAL	% MÊS AT.
1	INGRESSOS	60.151,96	60.736,26	100,00%
1.1	RECEITAS	60.151,96	60.736,26	100,00%
1.1.1	Contribuição dos Associados	59.977,30	60.519,70	99,64%
1.1.2	Rendimento da Aplicação Financeira	146,56	145,96	0,24%
1.1.3	Receitas com Reprografia	28,10	70,60	0,12%
2	SAÍDAS	68.487,56	41.089,90	100,00%
2.1	PESSOAL	14.080,19	10.220,38	24,87%
2.1.1	Salários	9.291,70	8.376,72	20,39%
2.1.2	Férias	2.576,49	-	0,00%
2.1.3	Vale Transportes/Alimentação	2.212,00	1.843,66	4,49%
2.2	ENCARGOS SOCIAIS/IMPOSTOS	3.851,58	4.142,60	10,08%
2.2.1	Contribuição INSS	2.999,52	3.225,86	7,85%
2.2.2	Contribuição FGTS	698,90	751,08	1,83%
2.2.3	PIS Folha de Pagamento	87,36	93,89	0,23%
2.2.4	IRRF s/Férias e Salários	65,80	71,77	0,17%
2.3	SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA FISICA	6.397,00	4.187,00	10,19%
2.3.1	Serviços de Manutenção de Equip.de Informatica	1.017,00	1.117,00	2,72%
2.3.2	Serviços de Diagramação de Material Impresso	800,00	-	0,00%
2.3.3	Serviços de Assessoria Jurídica	1.500,00	1.500,00	3,65%
2.3.4	Serviços de Apresentação Artística	800,00	-	0,00%
2.3.5	Serviços de Confeção/Faixas/Cartazes	310,00	210,00	0,51%
2.3.6	Serviços de Limpeza/Manutenção	1.970,00	1.360,00	3,31%
2.4	SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA JURIDICA	13.837,00	2.010,97	4,89%
2.4.1	Serviços Graficos	3.300,00	-	0,00%
2.4.2	Serviços de Confeção de Faixas	6.800,00	450,00	1,10%
2.4.3	Serviços de Manutenção de Home Page	193,00	204,97	0,50%
2.4.4	Serviços de Manutenção de Xerox	688,00	-	0,00%
2.4.5	Serviços de Buffet e Eventos	1.500,00	-	0,00%
2.4.6	Serviços Contábeis	1.356,00	1.356,00	3,30%
2.5	CONTRIBUIÇÃO ANDES - SINDICATO NACIONAL	14.008,57	14.136,41	34,40%
2.5.1	Contribuição ao Sindicato Nacional	11.885,40	11.993,88	29,19%
2.5.2	Contribuição Comando Nacional de Mobilização	221,50	223,50	0,54%
2.5.3	Contribuição Fundo de Solidariedade	475,42	479,76	1,17%
2.5.4	Contribuição Sindical Conlutas	1.426,25	1.439,27	3,50%
2.6	PASSAGENS, DIARIAS E HOSPEDAGENS	6.586,06	2.074,80	5,05%
2.6.1	Passagens Aereas/Terrestres	5.206,06	-	0,00%
2.6.2	Diárias (Transportes/Alimentação)	1.380,00	1.496,00	3,64%
2.6.3	Despesas com Hospedagem	-	578,80	1,41%
2.8	BENS DE CONSUMO	6.066,70	4.167,45	10,14%
2.8.1	Telefone	762,74	784,12	1,91%
2.8.2	Correios/Malotes	1.423,72	266,46	0,65%
2.8.3	Combustível	280,00	330,00	0,80%
2.8.4	Taxi, Fretes e Onibus	436,00	40,00	0,10%
2.8.5	Cartório (Copias/Autenticações)	-	135,00	0,33%
2.8.6	Material de Expediente/Limpeza	885,86	-	0,00%
2.8.7	Refeições e Lanches	750,24	267,57	0,65%
2.8.8	Despesas com Greve	1.094,82	250,00	0,61%
2.8.9	Despesas com Eventos/Congresso	-	1.343,81	3,27%
2.8.10	Materiais Hidraulicos/Eletricos	300,00	564,00	1,37%
2.8.11	Assinatura Provedor/Internet	133,32	186,49	0,45%
2.9	RESTITUIÇÕES DE CONTRIB.ASSOCIADOS DESLIGADOS	-	41,50	0,10%
2.9.1	Restituições n/mês	-	41,50	0,10%
2.7	EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	3.615,00	-	0,00%
2.7.1	01 Equip.Gravação/Perifericos	-	-	0,00%
2.7.2	01 Painel de Vidro com 02 Portas	3.165,00	-	0,00%
2.7.3	01 Mesa com vidro/12 Cadeiras	450,00	-	0,00%
2.10	ENCARGOS FINANCEIROS	45,46	108,79	0,26%
2.10.1	Despesas Bancarias/Juros e Multa	45,46	108,79	0,26%
QUADRO RESUMO				
SALDO ANTERIOR		20.327,04	11.991,44	
	RECEITAS	60.151,96	60.736,26	
	DESPEASAS	(68.487,56)	(41.089,90)	
RESULTADO OPERACIONAL		11.991,44	31.637,80	
	Banco do Brasil S/A C/C	28.939,55	50.752,68	
	Aplicação Banco do Brasil	27.599,23	27.745,19	
	CAIXA	525,82	56,75	
SALDO ATUAL DISPONIVEL		57.064,60	78.554,62	

Demonstrativo mensal das receitas e despesas de 01/09/2013 a 30/09/2013

		MÊS ANT.	MÊS ATUAL	% MÊS AT.
1	INGRESSOS	60.736,26	115.466,87	100,00%
1.1	RECEITAS	60.736,26	115.466,87	100,00%
1.1.1	Contribuição dos Associados	60.519,70	61.807,90	53,53%
1.1.2	Restituição do 31 Congresso - Andes	-	53.441,20	46,28%
1.1.3	Rendimento da Aplicação Financeira	145,96	151,97	0,13%
1.1.4	Receitas com Reprografia	70,60	65,80	0,06%
2	SAÍDAS	40.511,10	57.985,67	100,00%
2.1	PESSOAL	10.220,38	10.105,97	17,43%
2.1.1	Salários	8.376,72	7.893,97	13,61%
2.1.2	Vale Transportes/Alimentação	1.843,66	2.212,00	3,81%
2.2	ENCARGOS SOCIAIS/IMPOSTOS	4.142,60	4.259,47	7,35%
2.2.1	Contribuição INSS	3.225,86	3.317,79	5,72%
2.2.2	Contribuição FGTS	751,08	772,28	1,33%
2.2.3	PIS Folha de Pagamento	93,89	96,54	0,17%
2.2.4	IRRF s/Férias e Salários	71,77	72,86	0,13%
2.3	SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA FISICA	4.187,00	5.873,65	10,12%
2.3.1	Serviços de Manutenção de Equip.de Informatica	1.117,00	1.363,65	2,35%
2.3.2	Serviços de Assessoria Jurídica	1.500,00	1.500,00	2,59%
2.3.3	Serviços de Manutenção Eletrica	-	1.000,00	1,72%
2.3.4	Serviços de Confeção/Faixas/Cartazes	210,00	-	0,00%
2.3.5	Serviços de Limpeza/Manutenção	1.360,00	2.010,00	3,47%
2.4	SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA JURIDICA	2.010,97	1.829,00	3,15%
2.4.1	Serviços de Confeção de Faixas	450,00	280,00	0,48%
2.4.2	Serviços de Manutenção de Home Page	204,97	193,00	0,33%
2.4.3	Serviços Contábeis	1.356,00	1.356,00	2,34%
2.5	CONTRIBUIÇÃO ANDES - SINDICATO NACIONAL	14.136,41	14.437,26	24,90%
2.5.1	Contribuição ao Sindicato Nacional	11.993,88	12.251,52	21,13%
2.5.2	Contribuição Comando Nacional de Mobilização	223,50	225,50	0,39%
2.5.3	Contribuição Fundo de Solidariedade	479,76	490,06	0,85%
2.5.4	Contribuição Sindical Conlutas	1.439,27	1.470,18	2,54%
2.6	PASSAGENS, DIARIAS E HOSPEDAGENS	1.496,00	2.012,00	3,47%
2.6.1	Diárias (Transportes/Alimentação)	1.496,00	2.012,00	3,47%
2.8	BENS DE CONSUMO	4.167,45	3.831,65	6,61%
2.8.1	Telefone	784,12	532,63	0,92%
2.8.2	Correios/Malotes	266,46	320,71	0,55%
2.8.3	Combustível	330,00	405,00	0,70%
2.8.4	Taxi, Fretes e Onibus	40,00	301,00	0,52%
2.8.5	Cartório (Copias/Autenticações)	135,00	18,75	0,03%
2.8.6	Material de Expediente/Limpeza	-	821,85	1,42%
2.8.7	Refeições e Lanches	267,57	370,16	0,64%
2.8.8	Despesas com Greve	250,00	-	0,00%
2.8.9	Despesas com Eventos/Congresso	1.343,81	-	0,00%
2.8.10	Materiais Hidraulicos/Eletricos	564,00	683,25	1,18%
2.8.11	Assinatura Provedor/Internet/Revistas	186,49	378,30	0,65%
2.9	RESTITUIÇÕES DE CONTRIB.ASSOCIADOS DESLIGADOS	41,50	531,90	0,92%
2.9.1	Restituições n/mês	41,50	531,90	0,92%
2.7	EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	-	15.059,31	25,97%
2.7.1	Aquis.e Serviços de Divisórias	-	8.100,00	13,97%
2.7.2	Aquisição de Ar Splits/Bebedouro/Mesa e Outros	-	4.273,51	7,37%
2.7.3	01 Assento Diretor/Mesas/Gaveteiro	-	2.685,80	4,63%
2.10	ENCARGOS FINANCEIROS	108,79	45,46	0,08%
2.10.1	Despesas Bancarias/Juros e Multa	108,79	45,46	0,08%
QUADRO RESUMO				
SALDO ANTERIOR		31.637,80	51.862,96	
RECEITAS		60.736,26	115.466,87	
DESPESAS		(40.511,10)	(57.985,67)	
RESULTADO OPERACIONAL		51.862,96	109.344,16	
Banco do Brasil S/A C/C		50.752,68	108.059,45	
Aplicação Banco do Brasil		27.745,19	27.897,16	
CAIXA		56,75	79,21	
SALDO ATUAL DISPONIVEL		78.554,62	136.035,82	

Demonstrativo mensal das receitas e despesas de 01/10/2013 a 31/10/2013

		MÊS ANT.	MÊS ATUAL	% MÊS AT.
1	INGRESSOS	115.466,87	61.867,11	100,00%
1.1	RECEITAS	115.466,87	61.867,11	100,00%
1.1.1	Contribuição dos Associados	61.807,90	61.672,30	99,69%
1.1.2	Restituição do 31 Congresso - Andes	53.441,20	-	0,00%
1.1.3	Rendimento da Aplicação Financeira	151,97	175,41	0,28%
1.1.4	Receitas com Reprografia	65,80	19,40	0,03%
2	SAÍDAS	57.985,67	48.809,89	100,00%
2.1	PESSOAL	10.105,97	10.059,19	20,61%
2.1.1	Salários	7.893,97	7.847,19	16,08%
2.1.2	Vale Transportes/Alimentação	2.212,00	2.212,00	4,53%
2.2	ENCARGOS SOCIAIS/IMPOSTOS	4.259,47	4.128,45	8,46%
2.2.1	Contribuição INSS	3.317,79	3.190,23	6,54%
2.2.2	Contribuição FGTS	772,28	742,87	1,52%
2.2.3	PIS Folha de Pagamento	96,54	92,86	0,19%
2.2.4	IRRF s/Férias e Salários	72,86	102,49	0,21%
2.3	SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA FISICA	5.873,65	4.827,00	9,89%
2.3.1	Serviços de Manutenção de Equip.de Informatica	1.363,65	1.207,00	2,47%
2.3.2	Serviços de Diagramação de Material Impresso	-	800,00	1,64%
2.3.3	Serviços de Assessoria Jurídica	1.500,00	1.500,00	3,07%
2.3.4	Serviços de Manutenção Eletrica	1.000,00	-	0,00%
2.3.5	Serviços de Confeção/Faixas/Cartazes	-	270,00	0,55%
2.3.6	Serviços de Limpeza/Manutenção	2.010,00	1.050,00	2,15%
2.4	SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA JURIDICA	1.829,00	6.649,00	13,62%
2.4.1	Serviços Graficos	-	3.300,00	6,76%
2.4.2	Serviços de Confeção de Faixas	280,00	1.800,00	3,69%
2.4.3	Serviços de Manutenção de Home Page	193,00	193,00	0,40%
2.4.4	Serviços Contábeis	1.356,00	1.356,00	2,78%
2.5	CONTRIBUIÇÃO ANDES - SINDICATO NACIONAL	14.437,26	14.389,83	29,48%
2.5.1	Contribuição ao Sindicato Nacional	12.251,52	12.210,84	25,02%
2.5.2	Contribuição Comando Nacional de Mobilização	225,50	225,25	0,46%
2.5.3	Contribuição Fundo de Solidariedade	490,06	488,44	1,00%
2.5.4	Contribuição Sindical Conlutas	1.470,18	1.465,30	3,00%
2.6	PASSAGENS, DIARIAS E HOSPEDAGENS	2.012,00	2.112,53	4,33%
2.6.1	Passagens Aereas/Terrestres	-	1.272,53	2,61%
2.6.2	Diárias (Transportes/Alimentação)	2.012,00	840,00	1,72%
2.8	BENS DE CONSUMO	3.831,65	3.983,93	8,16%
2.8.1	Telefone	532,63	523,53	1,07%
2.8.2	Correios/Malotes	320,71	1.167,97	2,39%
2.8.3	Combustível	405,00	360,00	0,74%
2.8.4	Taxi, Fretes e Onibus	301,00	70,50	0,14%
2.8.5	Cartório (Copias/Autenticações)	18,75	-	0,00%
2.8.6	Material de Expediente/Limpeza	821,85	843,71	1,73%
2.8.7	Refeições e Lanches	370,16	578,45	1,19%
2.8.8	Materiais Hidraulicos/Eletricos	683,25	250,57	0,51%
2.8.9	Assinatura Provedor/Internet/Revistas	378,30	189,20	0,39%
2.9	RESTITUIÇÕES DE CONTRIB.ASSOCIADOS DESLIGADOS	531,90	244,90	0,50%
2.9.1	Restituições n/mês	531,90	244,90	0,50%
2.7	EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	15.059,31	2.343,60	4,80%
2.7.1	Aquis.e Serviços de Divisórias	8.100,00	-	0,00%
2.7.2	Aquisição de Ar Splits/Bebedouro/Mesa e Outros	4.273,51	1.955,52	4,01%
2.7.3	01 Assento Diretor/Mesas/Gaveteiro	2.685,80	388,08	0,80%
2.10	ENCARGOS FINANCEIROS	45,46	71,46	0,15%
2.10.1	Despesas Bancarias/Juros e Multa	45,46	71,46	0,15%
QUADRO RESUMO				
SALDO ANTERIOR		109.344,16	166.825,36	
RECEITAS		115.466,87	61.867,11	
DESPESAS		(57.985,67)	(48.809,89)	
RESULTADO OPERACIONAL		166.825,36	179.882,58	
Banco do Brasil S/A C/C		108.059,45	120.713,80	
Aplicação Banco do Brasil		27.897,16	28.072,57	
CAIXA		79,21	306,67	
SALDO ATUAL DISPONIVEL		136.035,82	149.093,04	

Publicações

Edua lança, em novembro, livros sobre Meio Ambiente, Educação e Serviço Social

A Editora da Universidade Federal do Amazonas (EDUA) lançou, no dia 8 de novembro, às 19h, no Shopping Manauara, três obras voltadas à área do Serviço Social, Meio Ambiente e Educação.

A primeira, intitulada "O caminho não percorrido", do jornalista e assistente social Carlos Costa, aborda a trajetória dos assistentes sociais masculinos no mercado de trabalho local.

Em 116 páginas, o autor busca desmistificar os segredos de uma profissão historicamente construída para o sexo feminino, pesquisando em outros países como Inglaterra e Estados Unidos, além do Brasil.

A obra Educação profissional na Região Norte que tem como autores Abel Bezerra dos Santos, estudante de Pedagogia da Faculdade de Educação da Ufam, Arminda Rachel Botelho Mourão, professora com doutorado da Faculdade de Educação, Arone do Nascimento Bentes, professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas e Carlos Augusto Gomes de Almeida, filósofo pela Universidade de São Paulo, servidor técnico da Ufam foi a segunda destacada no evento.

Na apresentação do trabalho, os or-



ganizadores afirmaram que "a elaboração deveu-se ao compromisso ético, acadêmico e político de conhecer, através de uma prática norteada pela teoria, as categorias que se repetem no discurso e que se materializam nas reformas do Ensino Profissional e sua repercussão no ensino estadual e federal da região Norte".

O terceiro livro publicado pela Editora da Universidade Federal do Amazonas foi o

"Floresta Amazônica: configurando um novo debate", organizado pelos professores Julio Cesar Rodrigues Tello, Selma Suely Baçal de Oliveira e João Rodrigo Leitão dos Reis e fruto de produções de construções teórico-científicas, contemplando o meio ambiente, o as-

sociativismo e a relação espaço-tempo na organização do currículo escolar na Amazônia.

Vale a pena ver

Thomas Vinterberg
Título Original: A caça
Gênero: Drama
País de Origem: Dinamarca
Ano: 2013

Tarde pacífica de domingo. A molecada joga bola na rua, pipas fazem acrobacias e suas cores se fundem ao azul límpido de um céu sem nuvens. Súbito, o caos rasga a calmaria. Um carro irrompe pelas ruas do bairro a uma velocidade bem mais do que temerária. Os futebolistas pré-mirins conseguem driblar o automóvel doloso, à exceção de Ronaldinho, o goleiro, que não consegue evitar o atropelamento. Gritos e mais gritos, há quem diga que o motorista, quiçá embriagado, tentou fugir. "Assassino, assassino!" Os brutamontes da rua o arrancam do carro, a vizinhança outrora acolhedora distribui socos, pontapés, cuspes e mordidas. Não fosse a chegada inusitada dos policiais, Ricardo, 21 anos, estudante de Direito, teria sido linchado. Os policiais mal conseguem resguardá-lo na viatura, a multidão taliônica quer vingança. "Lincha! Lincha!" Agora são os soldados da PM que estão em apuros, os moradores

querem tombar a viatura, é preciso chamar reforços. Chegam mais policiais. Para dispersar a horda, o capitão Roberto Nascimento atira contra o mesmo céu azul que há pouco abrigava as pipas lúdicas. A multidão se dispersa, mas o cotidiano acaba de desvelar o caos sob a máscara de civilidade. É bem verdade que Ricardo cometeu um crime. Se doloso ou culposo, o devido processo legal deverá determinar. Mas de onde vem o ódio que transforma donas-de-casa, adolescentes e aposentados em cossacos sanguinários? Será mesmo verdade que o caos não se deixa quantificar e compreender? Que lógica obscura atua sobre a massa e faz com que cidadãos individualmente pacíficos e ordeiros se transformem em artífices da guerra civil quando arregimentados pelo exército espontâneo da vingança?

Flávio Ricardo Vassoler é escritor, professor universitário, mestre e doutorando em Teoria Literária e Literatura Comparada pela FFLCH-USP. Leia o artigo na íntegra no site www.cartamaior.com.br.



Vale a pena ler

Livro: Memórias de Uma Guerra Suja
Autor: Claudio Guerra
Editora: Topbooks
Nº de páginas: 291
Valor: R\$ 37,30

Lançado em 2012, o livro aborda os bastidores do regime militar em sua mais cruel face. Cláudio Guerra, delegado do DOPS durante o período ditatorial, agora um religioso devoto a Jesus (pastor da Assembléia de Deus), procurou o jornalista Rogério Medeiros para relatar o que presenciou e os atos de barbaridade que cometeu sob o mando dos militares.

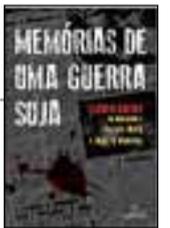
Sem demonstrar pretensão literária, o livro aborda o modus operandi de policiais e militares que atuavam, determinando execuções sumárias independente de quem fosse, desde que considerado contra o regime.

Cláudio Guerra era o executor dos assassinatos e muitas vezes matou pessoas sem saber o motivo, apenas por cumprir ordens, com fidelidade canina, que vinham dos líderes que combatiam a revolta armada. Entre eles, o relato do delegado aos jornalistas evidencia o nome do coronel Perdígão (SNI) e do comandante Vieira (Cenimar), os quais, em conjunto com ou-

tros militares graduados, teriam selado a morte do temido Delegado Fleury, verdadeira queima de arquivo do regime.

Foram tantas mortes que Cláudio Guerra sequer lembra exatamente de quantas pessoas que matou. Por sua eficiência (atirador exímio e especialista em explosivos) era sempre contactado para cumprir as execuções, deslocando-se por todo o País para colocar bombas, simular atentados e combater a esquerda armada. Ele relata que participou de episódios famosos daquela época, como a Chacina da Lapa, a bomba no jornal O Estado de São Paulo e a bomba do Riocentro, cujo atentado, se efetivamente consumado, resultaria em uma tragédia sem precedentes, o que somente não aconteceu, segundo Cláudio Guerra, por um erro na execução.

Cristian Luis Hruschka mora em Blumenau (SC) desde 1994, onde atua como advogado. Possui artigos jurídicos publicados e crônicas premiadas em concursos de literatura. Leia o artigo na íntegra no blog <http://www.rese-nhas-literarias.blogspot.com.br>.



Dicas da web

Plataforma promete revolucionar ensino de idiomas online

Com aulas de gramática, vocabulário e pronúncia a um sussurro dos usuários, o Duolingo (www.duolingo.com) é uma plataforma de ensino de idiomas online gratuita para iOS (iPhone, iPad e iPod touch) e web, que mistura conceitos de gamificação e inteligência de dados. Basta falar uma palavra para o microfone do dispositivo e o software reconhecerá se a pronúncia está



correta ou não.

Iniciado no Brasil devido a grande demanda por traduções para o português, o serviço desde maio oferta versões do aplicativo também para Android, modelo mais utilizado no país se comparado ao iOS. A ferramenta facilita a aprendizagem através de definições métricas.

Aplicativo traduz fala para a linguagem de sinais

Disponível gratuitamente para surdos e ouvintes, o aplicativo ProDeaf Móvel (www.prodeaf.net) é uma ferramenta de bolso capaz de traduzir automaticamente pequenas frases de Português para Libras, assim como escrever as frases para que tenham a tradução interpretada. Acessível gratuitamente para aparelhos com Android



(via Google Play), iOS (iPhone/iPad/iPod) e Windows Phone 8 (via Windows Phone Store) o aplicativo acompanha também o ProDeaf Dicionário de Libras, no qual o usuário seleciona palavras em Português e vê a representação feita por um personagem animado.

Comentários

Antonia Adrielle Reis (facebook)

Vale ressaltar que a empresa Rudary não está fornecendo material

de higiene pessoal (papel higiênico, papel toalha, detergente para lavar as mãos) suficiente para a Universidade.

Há quase um mês não vemos papel higiênico no campus, pois a referida empresa ainda não repassou o material solicitado. Os banheiros se encontram muito sujos ultimamente, devido o atraso



no pagamento dos funcionários, creio eu. (sobre o bloqueio do acesso ao Campus protagonizado por funcionários da empresa, no dia 10 de outubro, devido atrasos salariais)

Francisca Jane Vieira Jatobá (facebook)

Não dá para acreditar!!!! (sobre a aprovação da Resolução 020/2013 que retira dos servidores da Ufam o direito a férias remuneradas, insalubridade,



vale alimentação e transporte durante o período de afastamento para capacitação)

Paulo Afonso Sampaio (facebook)

Aproveite, comemore, faça a festa! Desejo muitas felicidades para você.

Feliz Aniversário! (sobre o aniversário de 34 anos da Adua, no dia 28 de outubro)



boas lições

IACi apresenta à Câmara Municipal 40 sugestões ao Plano Diretor Urbano e Ambiental da capital amazonense

O Instituto Amazônico da Cidadania (IACi) apresentou à Câmara Municipal de Manaus (CMM), no último dia 7 de outubro, 40 sugestões ao Plano Diretor Urbano e Ambiental da capital amazonense, após a realização de um estudo comparativo entre a Lei 671/2002 e a proposta de revisão da Prefeitura Municipal de Manaus (PMM). Entre as propostas de revisão encaminhadas pelo Instituto estão o maior empenho do poder público na política de arborização da capital, a materialização do tráfego de bicicletas por ciclovias e a recuperação responsável dos igarapés.

Itens como devolução do aspecto histórico ao Centro, eliminado pelas fiações aéreas, o combate à instalação de torres de comunicação, assim como, a necessidade de tornar Manaus uma cidade mais humanizada através de parques e praças e conectada com seus habitantes e com o meio ambiente, também estiveram entre as sugestões feitas pelo IACi.

A Lei 671/2002 é parte de um conjunto de



seis legislações que formatam o atual Plano Diretor, sendo uma das mais importantes, por conter diretrizes referentes ao meio ambiente, mobilidade urbana, habitação e economia.

Problemas como o aumento da temperatura, as graves consequências para a qualidade

de vida da população, a poluição e destruição dos igarapés e a derrubada desenfreada da cobertura vegetal da cidade para dar lugar a conjuntos habitacionais públicos sem infraestruturas básicas estão entre as principais preocupações do Instituto no aspecto ambiental, segundo o documento.

Os igarapés também foram itens valorizados nas propostas, ao ser apontada a necessidade urgente de conservação e uso racional dos recursos hídricos como vias de mobilidade, turismo e lazer, conforme estabelece a Lei Orgânica do Município. A obrigatoriedade de construção de pontes convexas sobre os igarapés em todas as intervenções viárias feitas pelo executivo municipal ou estadual, para evitar que os igarapés sejam aterrados ou canalizados, interrompendo seu fluxo natural também foi levantada.

Como exemplo a não ser seguido, o IACi destacou o aterramento dos igarapés feito pelo governo do Estado, através do Prosamim.